

A INTEGRAÇÃO REGIONAL DO SINDICALISMO

UMA VISÃO COMPARATIVA BRASIL-PORTUGAL

Hermes Augusto Costa

RESUMO

Considerando-se que um cenário de "globalização do sindicalismo" constitui um projeto ainda utópico, a integração regional das representações sindicais surge como um desafio de grandes proporções, mas que representa uma cooperação transnacional em que importa apostar em primeira mão. Partindo dessa convicção, o artigo discute a integração regional do sindicalismo português na União Européia e do sindicalismo brasileiro no Mercosul, explorando ainda outros pontos de comparação entre as realidades sindicais em Portugal e no Brasil.

Palavras-chave: sindicalismo; integração regional; União Européia; Mercosul.

SUMMARY

Considering that "globalized unionism" is still a Utopian project, regional integration of union's leaderships appears as a challenge of great proportions, but represents a process of transnational cooperation that must be accomplished. With this conviction in mind, the author discusses in this article the regional integration of Portuguese unionism within European Union, and Brazilian unionism within Mercosur, analyzing as well other points of comparison between union's backgrounds in Portugal and Brazil.

Keywords: unionism; regional integration; European Union; Mercosur.

O tema da "integração regional" certamente não recebeu das organizações sindicais brasileiras e portuguesas a atenção que merecia, em parte porque estas sempre se manifestaram predispostas a concentrar suas forças nas lutas de âmbito nacional, mas em grande parte também porque tanto no quadro da União Européia como no do Mercosul os atores sindicais não estiveram na linha de frente da negociação dos processos de integração regional. Esses processos representam no entanto, quer para o sindicalismo brasileiro, quer para o português, uma opção de afirmação transnacional de que não devem abrir mão, tanto mais que a emergência e/ou consolidação daqueles blocos econômicos regionais trazem consigo oportunidades de cooperação sindical.

Assim, é meu propósito aqui contribuir para o debate sobre as perspectivas de integração regional do sindicalismo. Na primeira parte do artigo formulo algumas interrogações sobre a inserção do sindicalismo em blocos econômicos regionais, e na segunda discuto alguns tópicos de comparação

entre o sindicalismo brasileiro e o português, procurando relacioná-los com o tema da integração regional.

Questões em aberto sobre a integração sindical regional

O tema da integração regional é suscetível de ampla problematização, moldando-se porventura melhor à formulação de interrogações do que à elaboração de respostas concretas¹. Por isso, nesta seção proponho três agrupamentos de questões em aberto a respeito da integração regional na União Européia (UE) e no Mercosul. O primeiro agrupamento — que alerta, desde logo, para uma tensão entre as realidades nacional e transnacional — prende-se à preponderância das políticas nacionais de regulação do mercado de trabalho no quadro de uma diversidade de relações laborais nacionais. O segundo conjunto de questões centra-se na "região" como patamar preferencial de afirmação sindical transnacional. Por fim, o terceiro conjunto procura questionar as solidariedades sindicais estabelecidas entre estruturas sindicais de blocos econômicos regionais distintos.

(1) Cf. Costa, Hermes Augusto. "Sindicalismo e integração regional: uma visão sobre Portugal e o Brasil". *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 36, 2001.

Políticas e diversidades nacionais

Na América Latina, os sistemas de relações laborais caracterizam-se por grande diversidade. Tendo presentes alguns fatores-chave que justificam diferenças entre países em termos de legislação trabalhista — como o *timing* da mudança operada na legislação, as características do sistema de relações laborais anterior à reforma trabalhista, a força e capacidade organizativa das organizações laborais etc. —, Cook identifica caminhos divergentes: no Brasil, uma reforma marcada por liberalização das relações corporativas; na Argentina, flexibilização do mercado de trabalho com sindicatos fortes; na Colômbia e Chile, sistemas de relações laborais flexíveis mas com sindicatos fracos; na Venezuela, a continuidade de uma tradição protecionista; e no México, o paradoxo de haver neoliberalismo econômico sem reforma da legislação do trabalho².

Já no contexto europeu se tem assistido a uma intensificação da articulação entre modelos de relações laborais, quer pela crescente participação sindical em instâncias internacionais de regulação das relações de trabalho, quer pela multiplicação dos debates sobre os principais problemas que caracterizam o mercado de trabalho, quer ainda pelos processos de filiação sindical transnacional, seja na maior organização sindical do continente, a Confederação Européia de Sindicatos (CES), seja nas federações sindicais, que são organizações por setor de atividade. Contudo, as políticas nacionais continuam a ser prioritárias na regulação social do mercado de trabalho e a harmonização entre sistemas de relações laborais tem-se con-

(2) Cook, Maria Lorena. "Toward flexible industrial relations? Neo-liberalism, democracy, and labor reform in Latin America". *Industrial Relations*, 3X3, 1998; *Labor law reform during democratic and economic transitions: Argentina and Brazil*, 2000 (mimeo).

(3) Cf. Ferreira, António Casimiro e Costa, Hermes Augusto. "Para uma sociologia das relações laborais em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, 1998/99, p. 157.

(4) Cf. Traxler, Franz e Schmitter, Philippe C. "The emerging Euro-polity and organized interests". *European Journal of International Relations*, 2(1), 1995; Streeck, Wolfgang. "The internationalization of industrial relations in Europe: prospects and problems". *Politics & Society*, 26(4), 1998.

(5) Langewiesche, Renate. "Editorial". *Transfer—European Review of Labour and Research*, 6(3), 2000.

(6) Cf. Castro, Nadya A. e Comin, Alvaro A. "As novas esferas de regulação do trabalho e o dilema sindical". *Organizações e Trabalho*, nº 18/19, 1997/98, p. 11.

(7) Streeck, op. cit., p. 452.

frontado com a conservação de diversidades nacionais³. Vários autores têm argumentado que a crescente "europeização" das relações laborais e do sindicalismo não é sinônimo de "desnacionalização"⁴. Ainda que com o próximo alargamento da UE se possa antever um reforço da cooperação sindical em termos transnacionais, Langewieche não deixa de frisar que nunca foram tão evidentes as diferenças entre os países-membros da UE e os candidatos à adesão, bem como entre estes últimos⁵. Ou seja, esse pode ser mais um dado a corroborar o peso das políticas e diversidades nacionais.

Com efeito, essa diversidade entre países ou em suas estruturas sindicais internas é um elemento a considerar para classificar o padrão dominante de política sindical e de relações de trabalho adotado em cada país. Tendo em conta que a elevada pulverização da estrutura sindical brasileira impediu que se consolidassem instituições centralizadas capazes de promover uma negociação eficaz nos níveis *macro*, *meso* e *micro* de regulação⁶, será que se pode transpor para o espaço do Mercosul a idéia que Streeck aplica ao espaço europeu, segundo a qual as instituições supranacionais que regulam as relações capital-trabalho continuarão a desenvolver-se mais como prolongamentos do que como substitutos das instituições nacionais⁷? Estará a realidade brasileira confrontada com uma crescente diversidade interna das suas relações laborais — cuja gestão se deve efetuar, em primeira mão, no marco da regulação nacional —, mas, em simultâneo, chamada a uma crescente cooperação com os outros países que compõem o Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai)? Poderá a diversidade interna que caracteriza as relações laborais nos espaços nacionais ser superada com eficácia nos espaços transnacionais? E qual a influência do agravamento da crise argentina (e de seu eventual contágio nos outros países do Mercosul) na recomposição transnacional do sindicalismo na região?

A "região" como patamar preferencial de afirmação transnacional

Quando não é estritamente nacional, o discurso sindical tende a se vincular ao patamar transnacional que geograficamente lhe está mais próximo ou onde se insere: no caso brasileiro, o Mercosul, no caso português, a UE⁸. No âmbito europeu, a convicção dos representantes sindicais de que a Europa deve ser um exemplo a seguir serve também para relativizar o impacto da globalização. Como sustentam Hoffmann e Hoffmann, a partilha de exportações da UE é de apenas 8%⁹, o que significa que mais de 90% do comércio transnacional do bloco é realizado entre seus Estados-membros¹⁰. A valorização das iniciativas regionais como ponto de partida para o combate sindical à globalização da economia está bem patente no espírito dos sindicalistas europeus da CES, que não por acaso estabeleceram uma distinção entre "integração europeia" e "globalização", buscando mostrar que a UE se apresenta dotada de instituições políticas capazes de regulamentar o mercado e que a "dimensão social" europeia deve ser vista como um

(8) Cf. Costa, op. cit., p. 124; Costa, Hermes Augusto. "A ação sindical na UE e Mercosul: limites e desafios". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 62, 2002, p. 71.

(9) Hoffmann, Jürgen e Hoffmann, Reiner. *Globalization: risks and opportunities for labor policy in Europe*. Bruxelas: Etui, 1997, p. 9.

(10) Cf. Hyman, Richard. "European integration and industrial relations: a case of variable geometry?". In: Waterman, Peter e Wills, Jane (orgs.). *Place, space and the new labour internationalisms*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 172.

"modelo social de referência" por outros espaços de integração econômica regional¹¹.

Daí se poderá depreender um choque entre a globalização e a regionalização? Como questiona Sachwald, será o processo de integração regional uma alternativa à própria globalização¹²? E se assim for, caso o sindicalismo europeu e o sul-americano reproduzam um discurso desse tipo — respectivamente de "europeização" e de "mercosulização"¹³ — não estarão igualmente criando condições para se distanciarem de um contrapoder laboral transnacional? Quais são então os principais matizes nos dois tipos de integração sindical regional? Será que há modelos de integração diferenciados dos sindicatos brasileiros no Mercosul, como sucede com os sindicatos portugueses perante a UE? Que vertentes aproximam e distanciam as experiências portuguesa e brasileira? Em síntese, que vantagens e desvantagens há em seguir a via da regionalização em detrimento da via da globalização sindical?

Questionando a solidariedade sindical transnacional

A influência sindical norte-americana na América Latina, protagonizada pela American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), também deve ser compreendida no cruzamento entre globalização e regionalização, sobretudo desde a II Guerra Mundial até meados da década passada, quando se operaram mudanças na estrutura diretiva da AFL-CIO. Na verdade, no cenário da Guerra Fria o objetivo principal dos sindicatos norte-americanos residia na luta contra a propagação mundial do comunismo¹⁴. Nesse cenário, a América Latina era uma zona de influência prioritária, pois toda e qualquer reforma que implicasse nacionalização ou socialização dos bens de produção (terra, petróleo, transportes etc.) criaria a suspeição de comunismo. Nesses termos, "a acusação de comunismo funcionou como um álibi cômodo para salvaguardar os interesses dos Estados Unidos" em Honduras, Guatemala, Brasil ou Chile¹⁵. O fim do comunismo terá constituído um estímulo adicional para que os Estados Unidos reforçassem sua influência estratégica e as particularidades do "modelo norte-americano" sobre o Mercosul. Em face dos debates em curso nos países que integram o bloco, vale a pena questionar, como faz Santos, se este evoluirá para um modelo "tipo União Européia" ou "tipo Nafta"¹⁶.

Brunelle e Chaloult identificam a tendência de que as centrais sindicais de um bloco regional apóiem as iniciativas e reivindicações de outro bloco, exemplificando-a com o fato de que na reunião dos presidentes dos países do Mercosul, do Chile e da Bolívia realizada em dezembro de 1996, em Fortaleza, a AFL-CIO enviou representantes para apoiar as oito centrais sul-americanas¹⁷. Como classificar essa forma de solidariedade? Será ela genuína ou traduziria tão-só uma vontade prática de ganhar terreno (vantagens competitivas) num bloco regional ainda "por explorar"? E no que diz respeito à UE, mesmo que ela seja vista como possível modelo de referência e/ou

(11) Confederação Européia de Sindicatos (CES). *Résolutions. IXème Congrès*. Bruxelas, 1999, pp. 19-20.

(12) Sachwald, Frédérique. "La régionalisation contre la mondialisation?". In: Cordellier, Serge e Dautaut, Fabienne (orgs.). *Mondialisation, au-delà des mythes*. Paris: La Découverte, 1997, p. 133.

(13) Conforme informações que colhi em várias entrevistas com pesquisadores e sindicalistas brasileiros (São Paulo, maio/junho de 2000 e junho de 2001), na fase em que o Mercosul se encontra, de união aduaneira, será exagerado falar em "mercosulização", desde logo porque os números do comércio intrabloco se situam apenas em torno de 16%, o que contrasta bastante com a situação verificada na UE. De acordo com a CUT/CSN (*Integração regional, mercado de trabalho e ação sindical, o caso Mercosul*. São Paulo, 2000, p. 7), em 1999 registrou-se uma queda de 30% no comércio intra-Mercosul, ainda que em 2000 tenha havido uma recuperação da ordem de 15% (cf. *Correio Sindical Mercosul*, nº 60, 12/02/2001, pp. 8-9). Dados mais recentes referem que o comércio entre os dois principais países do bloco, Brasil e Argentina, caiu para os níveis do período pré-Fernando Henrique Cardoso, tendo as exportações brasileiras para a Argentina caído 66,2% (cf. *Correio Sindical Mercosul*, nº 122, 28/07/2002, p. 4).

(14) Cf. Collomp, Catherine. "Politique étrangère de l'AFL et de l'AFL-CIO". In: Sagnes, Jean (org.). *Histoire du syndicalisme dans le monde: des origines à nos jours*. Toulouse: Privat, 1994, p. 514; Welch, Cliff. "Labor internationalism: U.S. involvement in Brazilian unions, 1945-65". *Latin American Research Review*, 30(2), 1995; Frundt, Henry J. "Trade and cross-border labor strategies in the Americas". *Economic and Industrial Democracy*, 17(3), 1996, p. 388; Smith, Russel. "Militância revivida na AFL-CIO: qual a sua importância para o sindicalismo latino-americano?". *São Paulo em Perspectiva*, 12(1), 1998, p. 163; Nash, Bradley Jr. (org.). "Forum: problems and prospects for a global labor movement". *Journal of World-Systems Research*, 4(1), 1998, p. 5; Brunelle, Dorval. "As novas práticas sindicais frente ao Nafta". In: Chaloult, Yves e Almeida, Paulo Roberto (orgs.). *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*. São Paulo: LTR, 1999, p. 222.

(15) Cf. Bennassar, Bartolomé. "Vitalité et diversité des syndicalismes d'Amérique Latine". In: Sagnes (org.), op. cit., p. 341.

(16) Santos, Boaventura de S. "A Europa e a globalização". *Visão*, 27/05/1999, p. 42.

(17) Brunelle, Dorval e Chaloult, Yves. "Transnacionalização das práticas sindicais: quadro teórico-analítico". In: Chaloult e Almeida (orgs.), op. cit., p. 167.

(18) Cf. Chaloult, Yves e Almeida, Paulo Roberto. "Apresentação". In: Chaloult e Almeida (orgs.), op. cit., p. 9; Barbiero, Alan e Chaloult, Yves. *O Mercosul e a nova ordem econômica internacional*, 2000 (mimeo); Vasconcelos, Álvaro de. "Relações entre a União Européia e o Mercosul: a importância do regionalismo". *Temas de Integração*, nº 10/11, 2000/01.

(19) Cf. *Público*, 28/06/1999. Segundo o Institute for European-Latin American Relations, em 1998 o peso da UE nas exportações totais do Mercosul foi de 24,3% e nas importações de 27,5% (cf. Pena, Felix. "O início das negociações". *O Mundo em Português*, nº 5, 2000, p. 5), confirmando o dado de que entre 1990 a 1997 as exportações da UE para o Mercosul cresceram 19,7% ao ano, ao passo que as exportações para toda a América Latina cresceram 12,5% e para o México 6,3% (cf. Grabendorff, Wolf. "Mercosur and the European Union: from cooperation to alliance?". In: Roett, Riordan (org.). *Mercosur: regional integration, world markets*. Londres: Lynne Rienner, 1999, p. 98). Não espanta pois que naquela década o Mercosul tenha sido o principal destino do investimento direto estrangeiro da UE, que aumentou de US\$ 1,1 bilhão em 1990 para US\$ 3,1 bilhões em 1995 (cf. Wrobel, Paulo S. "O investimento directo da União Européia no Mercosul". In: *Forum Euro-Latino Americano. Regular e democratizar o sistema global — uma parceria para o século XXI*. Cascais: Principia, 1999, p. 392).

(20) Santos, op. cit.

(21) Brunelle, op. cit., p. 230.

(22) Vários estudos importantes se ocuparam precisamente dos processos de transição democrática nos dois países. Cf. O'Donnell, Guillermo, Schmitter, Philippe e Whitehead, Laurence (orgs.). *Transitions from authoritarian rule: prospects for democracy*. Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986; Schmitter, Philippe. *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: ICS, 1999; Linz, Juan J. e Stepan, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999; Cook, *Labor law reform...*, loc. cit.

inspiração para o Mercosul¹⁸, terá peso político suficiente para "convencer" os agentes políticos e sindicais do Mercosul? O fato de a UE — responsável por 27,4% das exportações brasileiras e por 26,7% das importações¹⁹ — ser o principal parceiro econômico do Brasil será suficiente? O modelo europeu — assente num melhor equilíbrio entre competitividade e solidariedade, na manutenção de um Estado-Providência ou numa ainda eficaz capacidade de gestão sindical da relação salarial — terá mais força para se impor como referência ao Mercosul do que o modelo norte-americano — no qual o peso das multinacionais é bem mais influente, a competitividade e a flexibilidade são totais e o *Welfare State* insipiente? Estará o modelo europeu, como defende Santos, interpondo-se à crescente globalização do modelo norte-americano²⁰? Em síntese, e parafraseando Brunelle, que contornos deve ter a solidariedade sindical transnacional para que se possa superar, de modo consistente, a persistência de diferenças ideológicas e conflitos de interesses entre o Norte e o Sul²¹?

Tópicos para uma comparação entre o sindicalismo brasileiro e o português

A comparação entre Portugal e Brasil apresenta múltiplas dificuldades. Para além das diversidades econômicas e geográficas, o modo como se processaram as reformas trabalhistas na sequência das respectivas transições da ditadura à democracia, bem como a forma genérica das estruturas da organização sindical nos dois países, reforçam, por certo, as dificuldades subjacentes a uma pretensão de comparação. Sem esquecer a importância e a inevitabilidade de conservar essas e outras diferenças, trataremos de propor vários tópicos que podem ser vistos como "pontos comuns" para perceber melhor a relação entre o sindicalismo português e o brasileiro. Alguns desses tópicos recuperam, em parte, o conteúdo das interrogações que levantei na seção anterior.

Os caminhos da democracia

Tendo em consideração que ambos os países foram atravessados por ditaduras, as modificações operadas nos sistemas políticos tanto do Portugal de 1974 quanto do Brasil de 1985 não devem ser menosprezadas²². Convém pois olhar para os trajetos sociopolíticos das três últimas décadas nesses países, a fim de avaliar o ritmo das transformações na relação Estado/sociedade civil. Uma importante sugestão analítica nesse sentido prende-se à necessidade de discutir, de forma articulada, os processos de consolidação de ambas as democracias e suas instituições e o estágio de desenvolvimento dos blocos econômicos regionais em que os dois países se inserem. Esse

olhar simultâneo para uma "maturidade democrática" (interna) e para uma "maturidade econômica regional" (externa) permite tecer algumas considerações comparativas sobre Brasil e Portugal.

Dir-se-ia então que em ambos os aspectos a realidade brasileira tem um caminho mais longo a percorrer. Algumas projeções sobre a evolução do Mercosul apontam nessa direção. Segundo uma delas, em 2001 o bloco deveria consolidar-se em definitivo como união aduaneira, permitindo a livre circulação de fatores de produção (exceto mão-de-obra) e passando a encontrar-se "na mesma situação do Mercado Comum Europeu em sua modalidade de simples união aduaneira, em 1968 (que, no entanto, já previa a liberdade de circulação de mão-de-obra desde os acordos constitutivos de 1957)"²³. Essas projeções, porém, devem ser analisadas com prudência, até porque "o futuro do Mercosul não está escrito"²⁴. Na verdade, a constatação de que o Brasil é responsável por cerca de 70% do PIB do Mercosul²⁵ confere legitimidade ao argumento de que a democracia brasileira "impulsionou" a constituição desse bloco regional, ao passo que a democracia portuguesa, ainda que tenha constituído uma condição importante para a adesão à então Comunidade Econômica Européia, não foi sua mola impulsional, o que significa que a democracia brasileira, embora mais recente, desempenhou papel mais central na constituição do Mercosul do que aquele desempenhado pela democracia portuguesa perante a UE.

Impõe-se no entanto um reparo a esse contraste entre uma "dinâmica impulsional" regional brasileira e uma "dinâmica reativa" regional portuguesa: é que o dinamismo econômico não se traduz necessariamente em eficácia social. No contexto do Mercosul, o Brasil é a economia industrialmente mais avançada, mas, ao lado do Paraguai, é também o "país socialmente mais atrasado"²⁶, enquanto o Uruguai, a despeito de seu relativamente reduzido contingente populacional, é considerado entre os países do bloco aquele com maiores tradições de bem-estar social, o que se traduz no seu elevado índice de ratificação das convenções da OIT, na promoção de debates sociais em torno do Mercosul, na menor dependência dos sindicatos ao Estado²⁷ ou ainda na maior precocidade, no contexto da América Latina, em termos de aprovação de uma legislação trabalhista²⁸. Daí que me pareça indefensável estabelecer uma relação direta entre a força/fraqueza econômica de um país e sua força/fraqueza sindical, bem como classificar de "Norte do Sul" o sindicalismo brasileiro e de "Sul do Norte" o sindicalismo português²⁹.

Estruturas sindicais e tempos de afirmação do sindicalismo

O estudo das estruturas sindicais portuguesa e brasileira deve efetuar-se à luz das transformações que vêm marcando os respectivos modelos de democracia, de tal modo que este tópico não pode desligar-se do anterior. Mas em abono da verdade deve dizer-se também que tanto no Brasil como em Portugal as organizações sindicais mais representativas não despontaram

(23) Cf. Almeida, Paulo Roberto de. "A dimensão social nos processos de integração". In: Chalout e Almeida (orgs.), op. cit., p. 22.

(24) Lavagna, Roberto. "Os desafios dos Mercosul". *Correio Sindical Mercosul*, nº 106, 06/04/2002, "Anexo", p. 13.

(25) Cf. Vals Pereira, Lia V. "Toward the common market of the South: Mercosur's origins, evolution, and challenges", Veiga, Pedro M. da. "Brazil in Mercosur: reciprocal influence". In: Roett (org.), op. cit., p. 7, p. 25.

(26) Almeida, op. cit., p. 31.

(27) Cf. Vigevari, Tullo. *Mercosul, impactos para trabalhadores e sindicatos*. São Paulo: LTR, 1998, passim.

(28) Cf. Cook, "Toward flexible industrial relations?...", loc. cit., p. 313.

(29) Cf. Costa, "A acção sindical na UE e Mercosul...", loc. cit., p. 87.

apenas com a democracia. No caso português, foi desde 1970 que a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) se envolveu na defesa de uma prática sindical anticorporativa. No caso brasileiro, foi desde o final daquela década que o sindicalismo desempenhou papel-chave na oposição ao regime militar, na passagem a um regime civil a partir de 1985 e, conseqüentemente, no desmantelamento dos poderes estatais sobre o trabalho e na criação de condições para encetar reformas econômicas, contrariando assim a tradição de intervencionismo estatal dos países do Cone Sul³⁰. Esse processo de oposição sindical culminaria com o surgimento, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT)³¹.

Em ambos os casos importa privilegiar os "tempos" de afirmação sindical que acompanharam o restabelecimento da democracia nos respectivos países, mas tendo em conta certa simetria entre o estreito controle estatal sobre a estrutura sindical e a atividade laboral no Brasil³² e, em Portugal, as restrições legais que o salazarismo impôs aos sindicatos nacionais (inscrição obrigatória, cotização forçada, proibição de greves, de filiação sindical internacional etc). Parece-me que igualmente faz sentido estender à realidade portuguesa o argumento que Vêras aplica ao sindicalismo brasileiro, nos termos do qual, mesmo com o advento do sindicalismo democrático, não deixaram de imperar as "relações sociais autoritárias"³³ herdadas do passado, de tal modo que a "organização oficial e formal dos sindicatos brasileiros permanece fundamentalmente igual desde a sua criação nos anos 1930"³⁴. A organização sindical saída do "varguismo" assentava nos seguintes pontos: unicidade sindical (apenas um sindicato por categoria num determinado território); imposto sindical obrigatório (atualmente designado "contribuição sindical") descontado do salário dos trabalhadores e funcionando como meio de sustentação para os sindicatos (em vez da filiação voluntária); hierarquia das organizações sindicais, desde os sindicatos locais até as federações estaduais e confederações nacionais³⁵. No entanto, considero possível sustentar que no caso brasileiro houve maior continuidade quanto à estrutura sindical do passado, a que não terá sido alheia uma atitude mais "pró-sindical" de Vargas³⁶ quando comparada com a de Salazar.

A compreensão dos *timings* e processos de consolidação sindical nacionais é, assim, uma condição importante para a percepção dos "vãos transnacionais". No que diz respeito às duas centrais sindicais mais representativas em cada país, constata-se que seus trajetos de filiação transnacional não obedeceram a lógicas temporais lineares, isto é, ainda que a CGTP tivesse sido fundada em 1970, só viria a filiar-se à CES em 1995, ao passo que a CUT, fundada em 1983, filiar-se-ia à Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) e à Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores (Orit) em 1992. A meu ver, o perfil ideológico e a correlação interna de forças dentro de cada central fizeram que cada qual, em razão de seu percurso sociopolítico, fosse desenvolvendo uma relação peculiar perante os desafios da transnacionalização do sindicalismo. Embora ambas as centrais sindicais privilegiem claramente a "escala nacional" como plano de intervenção, considero que a CUT, ao ligar-se organicamente à CISL e à Orit, reforçou

(30) Cf. Almeida, op. cit., p. 29; Vigevani, op. cit., pp. 85,96-97.

(31) Saliente-se porém que, assim como em Portugal, onde a CGTP não é a única estrutura sindical, pois existe desde 1978 a União Geral dos Trabalhadores (UGT), também no Brasil se devem citar outras estruturas sindicais, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), constituída em 1986, e a Força Sindical (FS), criada em 1990 como estrutura dissidente da CGT.

(32) Cf. Vigevani, op. cit., p. 97; Paoli, Maria Célia. "Dismantling state regulations, remaking public rights: the dispute for social regulation in Brazil". In: Jenson, Jane e Santos, Boaventura de S. (orgs.). *Globalizing institutions: case Studies in regulation and innovation*. Aldershot: Ashgate, 2000.

(33) Veras, Roberto. "A CUT e o poder local: riscos ou oportunidades?". *Caderno de Formação*. São Paulo: CUT, Escola Sindical de São Paulo, n° 2, 2001, p. 166.

(34) Vigevani, op. cit., p. 97.

(35) Cf. Pereira, Anthony W. "Working for democracy: Brazil's organized working class in comparative perspective". *International Labour and Working Class History*, n° 49, 1996, p. 99; Vigevani, op. cit., p. 97.

(36) Cf. Weyland, Kurt. "Development, democracy, and inequity: new contributions on the Brazilian political economy". *Latin American Research Review*, 31(3), 1996, p. 195.

o seu poder continental, ao passo que a CGTP, ao ligar-se organicamente à CES, acabou sobretudo por confirmar seus receios quanto a uma regionalização ("europeização") do sindicalismo. Isto é, se a primeira revelou uma postura mais afirmativa (ainda que sem deixar de ser crítica) com respeito à integração regional do sindicalismo, a segunda optou por uma postura mais defensiva (e essencialmente crítica).

Politização e pluralismo sindicais

O confronto político-ideológico entre organizações sindicais também é uma característica dominante tanto no caso brasileiro como no português. No tópico anterior, ao reportar-me às estruturas e *timings* de afirmação sindical deixei antever a existência de modelos e concepções de sindicalismo diferenciados, os quais, como também já comentei, condicionaram os desafios transnacionais das centrais sindicais. Em Portugal, a dificuldade em conjugar discursos e práticas sindicais entre a CGTP e a União Geral de Trabalhadores (UGT) data do final dos anos 1970. As ligações partidárias, a dissonância de projetos ideológicos e as diferenças de composição social das duas centrais sindicais³⁷ configuraram tipos de sindicalismo contrastantes — "negociação" *versus* "contestação". Assim, em vez da união de esforços, o confronto e a acusação entre os dirigentes das duas organizações sindicais tornaram-se frequentes desde sempre³⁸.

Já no Brasil estabeleceu-se uma distinção entre o "novo sindicalismo" (ou sindicalismo "autêntico"), constituído a partir do final dos anos 1970 e protagonizado pela CUT, propondo autonomia em relação ao Estado, democratização da atividade sindical e ampliação dos direitos democráticos nos locais de trabalho³⁹, e o "sindicalismo de resultados", identificado com a Força Sindical (FS), caracterizado sobretudo por um distanciamento quanto às políticas defendidas pela CUT e por uma grande disponibilidade para negociar e até para apoiar a ação governativa⁴⁰. Ramalho fala assim na dicotomia "sindicalismo de participação" e "sindicalismo de classe"⁴¹, que serve igualmente para demarcar a forma crítica e combativa com que a CUT confrontou as propostas de flexibilização da legislação trabalhista apresentadas ao cabo da segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em contraposição ao conformismo da FS⁴².

Em suma, verifica-se em ambos os países uma bipolarização politizada do sindicalismo, questão que remete à influência dos fatores ideológicos no seio da estrutura sindical e à dificuldade em consagrar o sindicalismo como ator social autônomo. Um sinal de diversidade existente no sindicalismo europeu, que distingue sobretudo os países do Sul e do Norte da Europa, é a presença nos primeiros de um forte pluralismo sindical e nos segundos de uma postura mais unitária. O peso dos confrontos ideológicos marca decisivamente o tipo de alianças transnacionais das estruturas sindicais, ainda que a CES se apresente cada vez mais como fórum agregador de uma ampla

(37) Cf. Lima, Marínus P. "Relações sociais de emprego". *Análise Social*, nº 114, 1991, pp. 913-914.

(38) Cf. Costa, Hermes Augusto. *Os desafios da globalização ao sindicalismo: contributos para uma perspectiva portuguesa*. Coimbra: dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1997, pp. 177-185, 223-237; Rosa, Maria T. S. *Relações sociais de trabalho e sindicalismo operário em Setúbal*. Porto: Afrontamento, 1998.

(39) Cf. Vigevani, op. cit., p. 100; Rodrigues, Leôncio M. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999, pp. 75-79; Vêras, Roberto. "O sindicalismo metalúrgico, o 'festival de greves' e as possibilidades do contrato coletivo nacional". In: Santos, Boaventura de S. (org.). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Record (no prelo).

(40) Cf. Vigevani, op. cit., p. 100, 102; Boito Jr., Armando. "Neoliberal hegemony and unionism in Brazil". *Latin American Perspectives*, 23(1), 1998, pp. 73-74; Barros, Maurício R. *Labour relations and the new unionism in Contemporary Brazil*. Londres: MacMillan Press, 1999, pp. 38-39.

(41) Ramalho, José Ricardo. "Restructuring of labour and trade unions in Brazil". In: Munc, Ronaldo e Waterman, Peter (orgs.). *Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order*. Londres: MacMillan Press, 1999, p. 169.

(42) Cf. *Correio Sindical Mercosul*, nº 95, 03/12/2001, pp. 1-2; nº 105, 24/03/2002, ("Anexo").

(43) Estima-se o número atual de sindicatos no Brasil entre 16.000 e 20.000 (cf. Castro, Maria Sílvia P. de. "Transformações dos sindicatos brasileiros e a mudança da lei sindical". In: CUT. *Estrutura e organização sindical—resoluções da 9ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 1999, p. 8), o que não deverá desligar-se do fato de que a estrutura sindical brasileira induz a "formação de sindicatos de base municipal fragmentados em categorias definidas simultaneamente pelo setor econômico e pela profissão" (Castro e Comin, op. cit., p. 13). Por outro lado, como refere Barros (op. cit., p. 43), a existência de um único sindicato por área geográfica coexiste com um forte pluralismo no nível do topo. Para além disso, como salienta Vêras ("O sindicalismo metalúrgico...", loc. cit.), a elevada pulverização da organização sindical foi também responsável pela excessiva descentralização das negociações coletivas.

(44) Brunelle e Chaloult, op. cit., p. 166.

(45) Ibidem, p. 165.

(46) Para o caso brasileiro, cf. Pereira, op. cit., p. 94; Cook, "Toward flexible industrial relations?...", loc. cit., p. 326; Pesanha, Elina e Morei, Regina Lúcia. "Mudanças recentes no modelo de relações de trabalho no Brasil e novo sindicalismo". In: Rodrigues, Iram J. (org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 103; Castro, op. cit., pp. 10-11. Para o caso português, cf. Stoleroff, Alan e Naumann, Reinhard. "A sindicalização em Portugal: a sua medida e a sua distribuição". *Sociologia—Problemas e Práticas*, nº 14, 1993, pp. 19-47; Cerdeira, Maria da Conceição. "A sindicalização portuguesa de 1974 a 1995". *Sociedade e Trabalho*, nº 1, 1997, pp. 46-53.

(47) Cf. Pereira, Anthony W. e Welch, Cliff. "Introduction". *Latin American Perspectives*, nº 84, 1995, p. 7; Lambert, Rob e Webster, Eddie. "Emancipação social e novo internacionalismo operário". In: Santos (org.). *Trabalhar o mundo...*, loc. cit. Como lembra Boaventura de Sousa Santos — "Os processos da globalização". In: idem (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001 —, os países periféricos e semiperiféricos no contexto mundial são os que se encontram mais sujeitos às imposições neoliberais, uma vez que agências financeiras multilaterais como o FMI e o Banco Mundial as condicionam à renegociação da dívida externa, mediante programas de ajuste

variedade de interesses político-sindiciais, sobretudo desde que passou a acolher as organizações sindicais de orientação comunista que antes da queda do "Bloco do Leste" se encontravam alinhadas com o sindicalismo da Federação Sindical Mundial (FSM). No contexto do Mercosul, a realidade brasileira é também a expressão dessa diversidade, a avaliar, por exemplo, pelos indicadores da pulverização sindical⁴³.

A construção de estratégias comuns num quadro de afirmação de práticas sindicais transnacionais seria, porventura, a resposta mais adequada para tais situações de competitividade. Brunelle e Chaloult referem que foi criada em 1986 a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), no âmbito dos países do Mercosul, Chile e Bolívia, com o intuito de contribuir para a construção de uma estratégia sindical comum. Tratou-se de um "fórum unitário e pluralista, pouco comum no movimento sindical da América do Sul, historicamente marcado por divisões"⁴⁴. Como reforçam os autores,

*a divisão ideológica entre as grandes centrais sindicais existentes em cada país [...] tem contribuído para acentuar o debilitamento dos sindicatos. Muitas continuam atreladas ao Estado, enquanto outras, muitas vezes mais novas, trilham um caminho próprio. O movimento sindical vê-se assim enfraquecido em face do modelo econômico com o qual tem de conviver e em face dos empresários e do Estado*⁴⁵.

No contexto português, igualmente, a discussão em tomo da representatividade sindical — em geral medida pelas taxas de sindicalização — tem suscitado grande animosidade entre UGT e CGTP (e, por vezes, mesmo na comunidade científica nacional), contribuindo para o reforço do confronto entre ambas. A existência de taxas de sindicalização aproximadas em ambos os países — entre 25% e 30%⁴⁶ — deixa no ar a questão de saber em que medida, num contexto generalizado de quebra da sindicalização em âmbito mundial, a superação desse confronto pela representatividade pode ser convertida num elemento de cooperação sindical internacional e de consequente maximização de alianças transnacionais. São essas possibilidades ou experiências que abordo a seguir.

Os caminhos da transnacionalização sindical

Os efeitos da globalização econômica sobre a capacidade de organização sindical têm-se feito sentir por toda parte, mas na América Latina são particularmente evidentes: reduções salariais, crescente desemprego e subemprego, proliferação do setor informal, repressão aos sindicatos, migração forçada etc.⁴⁷. Por isso, não será precipitado afirmar que no contexto do Mercosul não são poucos os obstáculos à transnacionalização do sindicalis-

mo. Vigevani destaca entre esses obstáculos os de ordem histórica, devidos ao privilégio concedido aos espaços nacionais; os de ordem material, pois são necessários grandes recursos financeiros para suportar uma ação transnacional; os de ordem política, que pressupõem lidar com distintos interesses sindicais consolidados nacionalmente; os de ordem cultural, pois a atuação sindical está muitas vezes orientada para uma lógica imediatista, assente em reivindicações salariais, o que, no fundo, significa a necessidade de substituir uma visão de futuro próximo por orientações mais estratégicas; e, por fim, obstáculos que se prendem aos ritmos de integração regional, pois a criação de condições de equalização de direitos entre os quatro países do Mercosul está dependente da progressão deste rumo a um verdadeiro "mercado comum"⁴⁸. Mas a esse conjunto de obstáculos poderíamos ainda acrescentar outros, como salienta a própria CUT: obstáculos de ordem legal, resultantes da inexistência de sistemas legais uniformes; obstáculos relacionados com a vinculação às normas internacionais de trabalho, pois não existe uniformidade na adesão às convenções da OIT; e, ainda, obstáculos associados à aplicação de tais normas, pois a ratificação de convenções nem sempre se traduz no seu cumprimento⁴⁹.

Sem perder de vista tais limitações, considero que uma análise das experiências de transnacionalização sindical deve privilegiar tanto o plano confederal, relativo à atuação das centrais sindicais, como o federal, correspondente à atuação de organizações sindicais por setor de atividade. Quanto ao primeiro plano, e no que diz respeito ao contexto português, a incursão da UGT pela transnacionalização sindical foi quase sequencial à constituição das centrais sindicais em termos nacionais, mas tal não foi caso da CGTP, à qual interessava a "salvaguarda da unidade e coesão do projeto CGTP-IN"⁵⁰ e cuja "ideologia" era contrária à da própria CES.

No caso brasileiro, e guardando as devidas distâncias quanto à realidade portuguesa, parece-me *a priori* comparável a atitude da CUT quanto aos perigos de uma zona de livre-comércio desregulamentada — associada aos modelos liberalizantes do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta) e da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca)⁵¹ — com a atitude crítica da CGTP para com os caminhos mais liberalizantes da UE⁵², ainda que se me afigure, como sugeri acima, que o sindicalismo cutista se encaixa melhor que o da CGTP *no puzzle do* sindicalismo regional, nomeadamente por sua intervenção democratizante no âmbito da Orit. Por outro lado, no quadro do Mercosul a idéia de crescente globalização dos mercados constitui o principal estímulo para uma ação sindical coletiva e coordenada. Para a CUT,

o maior saldo político da nossa participação nesse processo é termos avançado na coordenação de uma ação sindical com as centrais sindicais dos demais países do Mercosul. Num espaço de quatro anos a CCSCS se consolidou e, apesar das dificuldades, articulou a participação sindical nos fóruns institucionais. Também se avançou na organização conjunta dos sindicatos de alguns ramos importantes, como

estrutural. Além disso, "os países do Mercosul sofrem as consequências de um maior grau de exposição comercial externa (intra e extra-região) sem o devido aprofundamento dos níveis de integração econômica e política" (Castro, Maria Silveira P. de. "Negociações coletivas internacionais e Mercosul". In: Chaloult e Almeida (orgs.), op. cit., p. 68).

(48) Vigevani, op. cit., p. 291.

(49) CUT. "Sindicatos buscam unidade no Mercosul". *Boletim Mercosul*. Florianópolis: Secretaria Nacional de Formação da CUT Brasil/Escola Sul da CUT, nº 18, 2000, p. 1.

(50) CGTP. *Intervenção da CGTP-IN* (no IX Congresso da CES). Bruxelas, 1999, p. 101.

(51) A Alca é a designação do processo iniciado na Cimeira de Miami em dezembro de 1994 (proposta por Clinton), destinado a negociar até 2005 uma ampla zona de livre-comércio no hemisfério americano, desde o Alasca até a Terra do Fogo (Roett, Riordan. "Introduction". In: idem (org.), op. cit., pp. 2-3), mas na prática trata-se, segundo o secretário de Relações Internacionais da CUT, de uma extensão do Nafta ao resto do Continente, pois nem sequer se salvaguardam as desigualdades econômicas dos 34 países que participam nas negociações da Alca, uma vez que só os três países que constituem o Nafta (Estados Unidos, Canadá e México) representam 80% do PIB do Continente, ao passo que o Mercosul é responsável por 8% do PIB e os outros 29 países por 12% (Jakobsen, Kjeld. "Uma visão sindical em face da Alca e de outros esquemas sindicais". In: Chaloult e Almeida (orgs.), loc. cit., p. 241). Gilberto Dupas ("Governos, agentes econômicos e atores sociais: riscos e desafios da globalização e da política de blocos". In: Chaloult e Almeida (orgs.), loc. cit., p. 133) acentua ainda mais essa *décalage*, atribuindo ao Nafta 88% do PIB do Continente.

(52) Cf. CGTP, op. cit., p. 101; *Terceira conferência de organização sindical*. Porto, 1998, pp. 9-10; *Programa de acção e resoluções. IX Congresso*. Lisboa, 1999, p. 1.

*metalúrgicos, construção, bancários, pneus e outros. Em alguns desses setores foi possível estabelecer alguns fóruns de negociações de propostas comuns com setores empresariais correspondentes [...]. Nossa atuação foi de oposição ao modelo de integração que está sendo desenvolvido*⁵³.

(53) CUT. *Textos para debate internacional: a ação da CUT frente ao Mercosul*, 1996. p. 3.

Assim, apesar de realçar a importância das iniciativas de cooperação sindical transnacional, a CUT não deixou de alertar sobre os potenciais efeitos desestabilizadores, para os trabalhadores, do processo de integração no Mercosul. Esse ponto parece ir ao encontro do argumento avançado por Barbiero e Chaloult, nos termos do qual as centrais sindicais do Cone Sul revelam uma posição sindical ambígua em face da regionalização: ao passo que alertam para os perigos que lhe estão associados (nomeadamente, a perda de direitos trabalhistas e de níveis de emprego), acabam por assumir a postura de "defender o Mercosul"⁵⁴, o que também é revelador de que há sinais de esperança na construção de um processo mais democrático. Nos termos de Veiga,

(54) Barbiero, Alan e Chaloult, Yves. *Desafios, estratégias e alianças das centrais sindicais no Mercosul*, 1999 (mimeo), p. 7.

*embora se reafirme que a condução do processo de integração é "inaceitável" para os trabalhadores por privilegiar os interesses empresariais, o movimento sindical no Mercosul não assumiu uma posição de repúdio e desconsideração ao processo em andamento*⁵⁵.

(55) Veiga, João Paulo C. "Práticas sindicais e acordos preferenciais de comércio: um novo caminho para o sindicalismo?". In: Chaloult e Almeida (orgs.), loc. cit., p. 189.

Um fator que pode reforçar essa idéia advém do fato de que a construção institucional concebida nesse espaço regional veio a compensar as posições distintas sustentadas pelas centrais sindicais brasileiras, argentinas, uruguaias e paraguaias, em escala nacional, em nome de uma estratégia transnacional de "negociação flexível"⁵⁶. Nesse ponto parecem existir nuances em relação à atitude das centrais sindicais portuguesas perante a UE, pois nessa esfera não tem sido muito significativa a superação das diferenças de âmbito nacional.

(56) Barbiero e Chaloult, *Desafios, estratégias e alianças...*, loc. cit., p. 4.

Também no que diz respeito ao patamar federal (setorial) é possível enumerar alguns conjuntos de experiências efetuadas na UE e no Mercosul: negociações entre empresas multinacionais e sindicatos de vários países (mediante, por exemplo, participação no âmbito dos conselhos de empresa europeus); negociações coletivas entre empresas multinacionais e secretariados profissionais internacionais (envolvendo, por exemplo, acordos sobre códigos de conduta e proibição do trabalho infantil)⁵⁷; contratos coletivos firmados em uma mesma empresa em dois países (como sucedeu, em abril de 1999, na Volkswagen do Brasil e da Argentina, envolvendo organizações sindicais de trabalhadores metalúrgicos de ambos os países)⁵⁸.

(57) Cf. Castro, "Negociações coletivas...", loc. cit., pp. 195-196.

(58) Cf. ibidem, pp. 213-214; Barbiero e Chaloult, *Desafios, estratégias e alianças...*, loc. cit., pp. 10-11.

A meu ver, um melhor conhecimento das experiências setoriais passaria ainda por um levantamento, em cada país, dos setores mais abertos à

cooperação transnacional. Tal tarefa implicaria ponderar as especificidades de cada setor de atividade (seu peso na economia de um país), suas capacidades de luta e organização sindical, sua representatividade na estrutura sindical de cada país, as tradições de ação transnacional etc.

Rumo a um "sindicalismo de movimento social transnacional"?

Boa parte dos exemplos sobre Brasil e Portugal aqui relatados remete a experiências de cooperação situadas no estrito domínio sindical. Num quadro de progressiva transnacionalização das práticas sindicais, porém, os sindicatos são cada vez mais confrontados com a necessidade de rever suas alianças, não apenas com os seus interlocutores habituais no plano nacional — empresários e Estado —, mas também com novos "sujeitos coletivos" de emancipação social: associações de consumidores, entidades ambientalistas, ONGs, grupos de defesa de direitos humanos, movimentos de desempregados, de agricultores, de índios etc. Ora, esses são justamente os requisitos para um "sindicalismo de movimento social", voltado a "mobilizar os que são menos capazes de se automobilizarem: os pobres, desempregados, os trabalhadores informais, as organizações comunitárias"⁵⁹.

Na verdade, as novas alianças e os desafios que encerram em si mesmas são indispensáveis para que o sindicalismo saia da sua "concha formal" e venha a se relacionar com outros atores⁶⁰ em escala transnacional, fazendo jus a um "sindicalismo de movimento social internacional"⁶¹. Dentre os possíveis exemplos de organização laboral transnacional que permitem expandir a ação da classe operária para lá de suas tradicionais fronteiras, destaco a constituição de redes de ativistas e de organizações baseadas na comunidade; as campanhas e alianças pela adoção de códigos de conduta nas empresas multinacionais; a coordenação da atividade sindical envolvendo diferentes sindicatos de diferentes países segundo uma lógica de negociações voluntárias e informais; a organização de petições por direitos dos trabalhadores⁶².

Trata-se por certo de um árduo desafio, tanto mais que historicamente os sindicatos são melhores defensores de quem trabalha do que de quem se encontra à margem de uma relação salarial. Como afirma o secretário internacional da CUT, os sindicatos "lidam com o setor formal e organizado da sociedade, e as ONGs geralmente trabalham com setores excluídos e com relações informais com o Estado"⁶³. De igual modo, o líder da CGTP não esconde as dificuldades ainda por superar: "temos de definir alianças amplas com esses movimentos regeneradores da sociedade", mas "cometeríamos um erro estratégico se deixássemos que as questões sindicais fossem tratadas como as questões de mais uma ONG"⁶⁴.

Tal desafio, porém, é tanto necessário quanto possível de alcançar com outra regularidade. No continente americano, a primeira resolução conjunta celebrada, em 1997, entre a Orit — estrutura mais representativa das Améri-

(59) Moody, Kim. *Workers in a lean world: unions in the international economy*. Londres: Verso, 1997, p. 256.

(60) Waterman, Peter. *Globalization, social movements & the new internationalisms*. Londres: Mansell, 1998.

(61) Moody, op. cit.; Munk, Ronaldo. "Labour and globalisation: results and prospects". *Work, Employment & Society*, 14(2), 2000; Scipes, Kim. "Social movement unionism: a call for theoretical clarification". *Labour Movements*. Madri: Universidad Complutense, nº 6, 2000; Lambert e Webster, op. cit.

(62) Cf. Armbruster, Ralph. "Cross-national labor organizing strategies". *Critical Sociology*, 27(2), 1995; "The Guatemalan maquiladora industry and Phillips Van Heusen workers' movement". *Latin American Perspectives*, 26(2), 1999; Anner, Mark S. "Local and transnational campaigns to end sweatshop practices". In: Gordon, Michael e Turner, Lowell (orgs.). *Transnational cooperation among labor unions*. Ithaca: Cornell University Press, 2000; Frundt, op. cit.

(63) Jakobsen, op. cit., p. 246.

(64) Respectivamente, Carvalho da Silva. *Visão*, 16/11/2000; "Entrevista". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 62, 2002, p. 163.

(65) Jakobsen, op. cit., p. 244.

(66) CUT/CFDT. "Alternativas para as Américas: por um acordo dos povos do Continente". *Textos para debate internacional*, n° 13, 1999, p. 2.

cas e do Caribe — e outras organizações sociais não sindicais, em torno da construção de uma "aliança continental em face do livre-comércio"⁶⁵, é um exemplo de alcance transnacional que interessa reproduzir. Na sequência, a constituição de uma "Rede Brasileira pela Integração dos Povos" veio reafirmar o compromisso em favor da construção de tal aliança social continental, residindo a sua riqueza "precisamente na diversidade de temas e enfoques para tratar das questões excluídas dos acordos oficiais"⁶⁶. Como prolongamento dessas iniciativas, as edições do Fórum Social Mundial (tanto as que vêm tendo lugar em Porto Alegre quanto as iniciativas de âmbito regional e por país) são muito provavelmente o espaço transnacional privilegiado para testar a aplicação do sindicalismo de movimento social de âmbito transnacional.

Conclusão

Em meio aos amplos desafios que emergem da integração regional, as possibilidades de cooperação entre sindicatos de um mesmo bloco regional ou de diferentes blocos são caminhos para reforçar tal integração no plano sindical. Ainda que o trabalho de campo que realizei junto a líderes sindicais brasileiros e portugueses tenha revelado que o intercâmbio sindical está aquém do que seria desejado, dadas as afinidades culturais e lingüísticas entre os dois países, entendo que a integração sindical regional deve constituir-se como um pretexto para a partilha de experiências e reflexões. Mesmo não servindo para dirimir diferenças, os "pontos comuns" que selecionei tiveram em mente essa perspectiva, servindo para mostrar também que, não obstante o peso econômico diferenciado que os dois países detêm nos blocos econômicos regionais em que se inserem, do ponto de vista social são vários os créditos que estão em condições de poder partilhar.

Recebido para publicação em 26 de setembro de 2002.

Hermes Augusto Costa é sociólogo e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 65, março 2003
pp. 111-123
